

O PALÁCIO DOS ALVES.

Celso Maria de MELLO PUPO.

Contava o bom amigo Lauro de Paula Leite, com espírito e com o seu modo pessoal de dizer coisas engraçadas, um fato que se deu na amiga cidade de Itu. Havia lá um descendente de velhos e ricos ituanos, que deles herdara uma peça histórica conservada na família enquanto objetos e móveis finos foram passando a outras mãos. É que os maiores riquíssimos foram tendo por herdeiros novas gerações com menores posses financeiras, impossibilitadas de manter o luxo e as riquezas dos avós milionários.

Um descendente, porém, conservou uma peça antiga, um relógio de mesa, engastado num globo com um galo decorativo, tudo dourado e de magnífico efeito. Dizia-se que a peça deveria ser de chumbo, tal o seu peso, dourada por fora para melhor apresentação.

Quando Washington Luís foi eleito presidente da República, um seu amigo que morava em Itu, mas de poucas posses financeiras, entendeu que deveria presentear o amigo presidente. O presente para ser digno do presenteado, seria muito caro, acima dos recursos do ofertante; alguém lembro-o, então, da possível compra do relógio que, mesmo de chumbo, não deixava de ser preciosidade pela idade, que agradaria o presidente apreciador de velharias.

Não foi difícil comprar o relógio, pois o seu proprietário já o tinha como inutilidade e velharia incômoda que, agora vendido, teria um destino nobre ao nível dos antigos e ricos proprietários. Comprado o relógio, acondicionado, foi remetido, com a necessária e protocolar missiva, ao Palácio do Catete onde morava o presidente.

O ofertante ituano passou a esperar a resposta do presidente que seria, com certeza, uma carta particular, um documento honrosíssimo para o destinatário que a aguardava com ansiedade. Passaram-se semanas e a carta não chegava; já a alegria da antevisão da carta se substituiu por um sentimento de desilusão quando o correio trouxe a esperada missiva.

O presidente respondia em carta particular; pedia desculpas pela demora causada pelo seu deslumbramento ao receber o preciosíssimo presente histórico, que tanto o agradou que tomou a preceção de mandá-lo examinar por peritos, e só depois do resultado da peritagem é que vinha agradecer. O presente tinha sido régio e êle, no seu caráter ilibado, o recebeu como para o presidente do Brasil e o entregou ao patrimônio do país, uma vez que se tratava peça artística, de ouro maciço e de valor incalculável!

Tremendo deveria ter sido o choque do ofertante que supondo doar uma peça de chumbo dourado, transferiu uma fortuna que êle havia adquirido por meia pataca; e não se sabe qual a síncope do anterior proprietário cuja família, agora de reduzidas posses, conservou por várias gerações aquela velharia que em outras mãos se foi revelar peça valendo uma verdadeira fortuna.

O caipirismo comete dessas coisas, e não só na cidade de Itu. Basta historiar o caso do Palácio dos ~~Alves~~ Alves para constatar que quarenta e cinco anos depois do galo de ouro, Campinas, mais adiantada, comete mais grave e volumoso fiasco, com péssima repercussão nos meios cultos de nossa capital.

Em abril de 1969, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado, resolveu dedicar-se aos valores de Campinas. Foram,

então, iniciados os processos de tombamento do Bosque dos Jiquitibás, das jóias artísticas constituídas nas obras de entalhe da Catedral, da Capela de Santa Cruz, da Capela de Nossa Senhora da Boa Morte da Santa Casa e da sede da fazenda Sete Quedas. Em maio do mesmo ano, veio visitar Campinas a presidenta do Conselho, D. Lúcia Piza Figueira de Mello Falkenberg, senhora culta e dinâmica que se fez acompanhar nesta visita pelo arquiteto Lindemberg, uma das maiores autoridades em arquitetura tradicional brasileira; estas duas autoridades em valores históricos é que resolveram o tombamento do Palácio dos Alves.

Iniciou-se o respetivo processo e mais os processos de tombamento da sede do Asilo de Inválidos e do Palácio Itapura. Logo em seguida todos estes prédios foram vistoriados por outros dois arquitetos do Conselho, sendo um deles o arquiteto Carlos Lemos, também especialista em arquitetura histórica. Dos prédios citados, como objeto de tombamento, só tiveram pareceres desfavoráveis a Capela de Santa Cruz e a sede do Asilo; os demais foram considerados dignos de se perpetuarem pelo valor histórico e artístico, tendo o Palácio dos Alves sido indicado pelo Conselho para compra pelo Governo do Estado e para nele instalar-se museu e arquivo público.

Sendo de formação nova o Conselho e carecendo de muitos recursos que não lhe eram dados pelos poderes estaduais, os processos caminhavam com certa lentidão quando, em dezembro do mesmo ano de 1969 a Câmara Municipal de Campinas pediu ao Conselho o tombamento da Capela de Santa Cruz, já vistoriada, da Escola Ferreira Penteado e do "chafariz" próximo à Estação.

Mal assessorada foi a Câmara pois a Capela já havia sido objeto de perícia que a excluiu do tombamento por muito deturpada: a fachada não é a original, o interior já todo renovado com a substituição do piso, do forro, das imagens, nada restando de antigo. A Escola nada tem de histórico e artístico e obrigatoriamente deve ser conservada pela Prefeitura, conforme condição imposta pelos filhos dos Barões de Itatiba que a doaram com a obrigação de ser ali mantida a escola, e que poderão reivindicar novamente sua posse se a Prefeitura não respeitar a finalidade para a qual foi feita a doação. O "chafariz" que com tanto carinho é conservado pela Prefeitura, não é chafariz, mas um bebedouro para os burros das carroças que estacionavam nas proximidades.

Em março de 1970 esteve em Campinas o conselheiro Arnaldo de Ávila Florence que não nos encontrando, visitou os prédios que já estavam em processo de tombamento, inclusive o Palácio dos Alves, pedindo-nos posteriormente, demias informações que êle achou necessárias e fotografias muitas das quais cedidas gentilmente pelo Departamento de Cultura da Prefeitura.

Logo em seguida, os membros do Conselho resolveram apresentar ao Governador um pedido de renúncia coletiva, isto pelo fato de não terem recebido as providências e recursos ~~nesses~~ necessários aos seus trabalhos que já eram de vastas proporções e se estendiam por muitas cidades do Estado. O Conselho ficou acéfalo, e agora só o Governador solucionou o processo de tombamento.

Acompanhamos D. Branca Ribeiro, professora universitária, em visita ao Palácio dos Alves, antes do processo de tombamento, antes de maio de 1969, recebidos no prédio pelo seu proprietário que se esmerava em conservá-lo e pessoalmente foi abri-lo para mostrar à ilustre visitante. O palácio estava perfeito, tendo, apenas, uma taipa nos fundos que havia sido prejudicada por trabalhos

da Prefeitura que o pretendeu alugar. Quando foi vistoriado pelos técnicos e membros do Conselho, nada apresentava de anormal.

A Professora Branca Ribeiro que está preparando um estudo sobre a arquitetura tradicional de Campinas, encantou-se com a beleza arquitetural e o valor histórico do Palácio dos Alves. Realmente este palácio representava um marco na história da arquitetura de Campinas, sendo uma evolução das construções imperiais do tempo do café, das casa de platibanda e azulejos, para estilo mais erudito, numa renascença de neo-classismo revelado neste palácio e no Itapura, este antes da deturpação.

Apurar valor histórico e artístico de antiguidades, é hoje matéria para nível universitário e não está ao alcance de qualquer curioso, daí, então, muitas apreciações erradas e inverdades difundidas sobre valores que Campinas possui. Um prédio para ser histórico não necessita ter sido de barões ou constituido aconchego de algum príncipe visitante; ele pode ter um valor intrínseco como é o caso do Palácio dos Alves, que também tem valor extrínseco facilmente demonstrável.

Estranho é, porém, que o Palácio dos Alves tão bem conservado pelo seu proprietário até os primeiros meses do corrente ano, tivesse sido abandonado e transformado em valhaçouto de marginais com abertura de seu portão do quintal e de janelas. Uma vistoria feita em 21 de outubro último e noticiada no dia seguinte, pelo Serviço de Fiscalização de Obras Particulares, da Prefeitura, representado pelos engenheiros José Giorgino Lôbo e Amilar Falivene R. Alves, este diretor do Departamento, fez revelações surpreendentes:

Dizem os técnicos que o palácio "acha-se internamente, parcialmente demolido, tendo sido retirados os pisos do pavimento térreo e superior, e alguns batentes. As paredes de elevação externa e algumas internas são de taipa, tendo havido desabamento de parte da parede que constitui o pavimento superior na fachada da rua Francisco Glicério e parede externa da fachada inferior, causando no 1º caso a iminência de ruína do forro do pavimento superior e no 2º caso a do piso e forro do mesmo pavimento."

~~As infiltrações pelas paredes do pavimento superior, causadas por danos nas calhas~~
"A ausência das calhas do telhado é responsável pela infiltração das águas nas paredes de taipa principalmente das que constituem a platibanda e foi talvez a causa principal dos desabamentos já citados". O fato de estarem as taipas íntegras até depois das águas de dezembro de 1969 e janeiro e fevereiro de 1970, prova que ainda nos seus lugares estavam as calhas. Retiradas as calhas pelo correr do inverno de 1970, é naturalíssimo o desmoronamento já iniciado com as primeiras chuvas da atual estação. Em vista dos cuidados que tinha com o prédio o seu proprietário, provavelmente as calhas tenham sido roubadas e, pela época, deveriam ser de cobre e valiosíssimas.

O proprietário do prédio mesmo deve ser interessado em apurar o autor deste vandalismo pois as leis em vigor o responsabilizam, uma vez que o prédio se achava em processo de tombamento. Reza o artigo 20 da lei estadual: "O tombamento de bens de que trata este decreto se inicia pela abertura do processo respectivo, em virtude de deliberação do Conselho". E o parágrafo 6º do artigo 12, estabelece que "na hipótese de extravio ou furto de qualquer bem tombado, o respectivo proprietário deverá comunicar a ocorrência ao Conselho dentro do

prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa".

Assim, assistimos mais uma destruição de patrimônio histórico, artístico e turístico de Campinas, deixando ir para o esquecimento o Palácio dos Alves que se juntará ao valioso, belo e artístico defunto Teatro Municipal.
